

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.492 - PR (2019/0098090-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
AGRAVADO : ADEMIR BAZZOTTI
ADVOGADO : THIAGO GUARDABASSI GUERRERO - PR083127A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. NULIDADE DA DECISÃO NÃO CONFIGURADA. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL DENEGADO. ADMITIDO APENAS EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Banco do Brasil S.A. desafiando decisão do Tribunal do Estado do Paraná que não admitiu o processamento do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por sua vez, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 419):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º 1998.01.1.016798-9. 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF. IDEC X BANCO DO BRASIL. IMPUGNAÇÃO. REJEIÇÃO. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO COM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. CONSTITUIÇÃO POSTERIOR DE NOVO PROCURADOR. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. REABERTURA DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. VERIFICAÇÃO.

1. Constatado que o advogado do banco, regularmente constituído nos autos, foi intimado da decisão pela qual foi julgada a impugnação ao cumprimento de sentença, não há que se falar em nulidade do ato ou de reabertura de prazo para recurso, em virtude da constituição de novo procurador pela parte.

2. Não é possível nova discussão acerca de excesso de execução, quando verificado que a matéria foi previamente decidida nos autos, dada a ocorrência da preclusão.

3. Agravo de instrumento conhecido e não provido.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alegou ofensa ao art. 272 do CC/2002. Sustentou a nulidade dos atos praticados diante da inexistência de intimação válida e postulou a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 748).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Irresignado, o recorrente interpõe agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 766).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Quanto à nulidade dos atos praticados ante a ausência de intimação, o Tribunal estadual deixou assente que (e-STJ, fls. 423-424):

Logo, não há que se falar em nulidade dos atos processuais, uma vez que a instituição financeira foi intimada por intermédio do procurador constituído nos autos no momento do julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença.

O fato de haver, em seguida, contratado outro advogado para atuar no feito, o qual não foi intimado da decisão de mov. 28.1 - 1º grau, não enseja a apontada nulidade.

Isso porque o novo procurador habilitou-se nos autos em 17/02/2016 (mov. 34.1 - 1º grau), portanto, após exarada a decisão de mov. 28.1 - 1º grau, em relação à qual houve regular intimação do advogado anterior, que possuía procuração e estava cadastrado nos autos.

Desse modo, não há que se falar, também, em reabertura de prazo para “apresentar sua defesa”, uma vez que a inércia do advogado não causa suspensão ou interrupção dos prazos.

Assim, a modificação das premissas firmadas na origem, de modo a

acolher a irresignação recursal, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

No mais, consoante a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a concessão de efeito suspensivo aos recursos extraordinários é medida excepcional que pressupõe a demonstração da existência concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, o que não ocorreu no caso concreto.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator